

Martius e o IHGB: disputas acerca da narrativa histórica oitocentista

Luís César Castrillon Mendes¹

Resumo: O texto de Carl Friedrich Phillipp von Martius (1794-1868), publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB) em 1845, pode tornar-se muito interessante para se perceber as intenções dessa instituição num momento de construção de uma História para a Monarquia brasileira. Objetiva-se, com o presente texto, demonstrar que a referida narrativa de Martius não foi a única a se manifestar na ocasião, mas apenas a escolhida entre outras possibilidades para um modelo de escrita para uma História da nação brasileira.

Palavras-chave: IHGB – von Martius – História do Brasil.

Martius and IHGB: Dispute about the Historical Narrative in the Nineteenth Century

Abstract: The Carl Friedrich Phillipp von Martius text (1794-1868), published in the Historical and Geographical Brazilian Institute magazine (RIHGB) in 1845, can become very interesting to realize the institution's intentions at the moment of assembling a history for the Brazilian monarchy. The present text aims to show that Martius' narrative was not the only one to appear in that occasion, but Just the model chosen among other possibilities for a writing for a history of the Brazilian nation.

Keywords: IHGB – von Martius - History of Brazil

Artigo recebido em 11/05/2016 e aceito em 20/08/2016.

Uso de periódicos enquanto fonte e objeto de pesquisa

Uma análise da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro evidencia certa preocupação, por parte dessa instituição, acerca da necessidade de se esboçar um projeto de nação para a jovem Monarquia brasileira, visando integração territorial e identitárias distantes da Corte. Evidenciam-se inquietações relacionadas a assuntos que buscavam fundamentar esse projeto de identidade nacional, indo ao encontro dos anseios do Estado brasileiro que necessitava se impor perante os seus vizinhos republicanos.

Conforme observações nas sessões do IHGB e nos relatórios dos finais de ano, nos primeiros tempos de sua existência, havia preocupações por parte dos sócios, a maioria funcionários de carreira da máquina estatal, em coletar documentos nas províncias e no exterior para se constituir uma memória nacional e eleger os grandes vultos da pátria para protagonizarem a escrita da história. Esses documentos teriam relevância à medida que trouxessem informações estatísticas, geográficas, históricas ou etnográficas sobre os territórios do interior, principalmente os que se localizassem nas regiões de fronteira.

As sociedades indígenas, uma das primeiras preocupações do Instituto, constituíram-se em um dos temas que mais foram publicados na *Revista*. Nesse contexto do lugar ocupado pelo indígena e pelo negro africano, junto ao europeu, na construção da história da nação e da necessidade de conhecimento do interior do território, a fim de se legitimar limites e fronteiras, por meio da construção de uma historiografia nacional é que se contextualiza a memória de Carl F. Ph. von Martius (1794-1868), publicado na Revista do Instituto em janeiro de 1845, intitulada: “Como se deve escrever a história do Brasil”.

Logo no segundo Tomo da *Revista*^{II} seria lançado pelos sócios o desafio de escrever sobre a história “antiga” e “moderna” do Brasil. O texto de Martius, botânico, viajante-naturalista e sócio correspondente do Instituto seria o grande vencedor do concurso, julgado por uma comissão em 1847.

Pretende-se, neste texto, analisar o contexto de produção da Dissertação de Martius e observar como este viajante tratou de diversos temas que estavam em evidência dentro do IHGB, por meio de seu periódico, durante os primeiros anos de existência dessa instituição. A proposta de Martius teve uma concorrente: a do cônsul geral da Rússia e também sócio, Henrique Julio de Wallestein (1790-1843) que, ao que parece, não estava em consonância com o projeto do IHGB para a escrita da História do Brasil naquele momento.

Carla Pinsky afirma que as fontes têm historicidade: *documentos que “falavam” com os historiadores positivistas talvez hoje apenas murmurem, enquanto outros que dormiam silenciosos querem se fazer ouvir*^{III}. As fontes não aparecem nos arquivos de uma forma inocente, natural. Para Albuquerque Junior, elas são frutos de operações políticas e de sentido, produzidas no seu tempo obedecendo a intencionalidades, ou seja, as evidências em seu próprio tempo são fabricadas^{IV}.

Eleger periódicos como fontes para a pesquisa requer alguns cuidados metodológicos. Não se pode confiar na retórica da documentação e nem em seus discursos unificadores e homogeneizadores. Neste sentido, Tânia Regina de Luca, oferece algumas sugestões práticas no trato com este tipo de documentação. A primeira delas é atentar-se para a disponibilidade das longas séries. No caso da Revista do IHGB, desde 1839, há publicação ininterrupta até os dias atuais e estão disponibilizadas para consulta em versão digital.

Para o uso das revistas, continua a autora, é preciso observar as motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa^V. Jean François Sirinelli observou que uma revista é um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade. Aí reside a importância de se identificar autores, editores, colaboradores mais assíduos e os textos selecionados para a veiculação. Observar as ligações com diferentes poderes e interesses financeiros, bem como ao público a que se destina^{VI}.

Para o historiador David Harlan, deve-se recuperar a *intenção* do autor, ou seja, o *mundo mental* no qual o autor escreveu: *todo o conjunto de princípios linguísticos, convenções simbólicas e suposições ideológicas nas quais o autor viveu e pensou*. Somente dessa forma, fixando o texto do autor nesse contexto reconstruído, é que se pode recuperar o que pôde ter sido tencionado^{VII}.

Ao elaborar um estudo sobre o IHGB, Manoel Salgado Guimarães analisou a instituição articulada com o projeto de construção da idéia de nação e civilização no Brasil Imperial. Em relação à *Revista*, o historiador afirmou que ela se constituía em espaço privilegiado para se rastrear o projeto ambicioso do Instituto, pois além de registrar as suas atividades por meio de seus relatórios, divulgar cerimônias e atos comemorativos diversos, suas páginas se abriram à publicação de fontes primárias como forma de preservar a informação nelas contidas – aliás, parte representativa de seu conteúdo nos primeiros tempos; de artigos, biografias e resenhas de obras^{VIII}.

O IHGB, por meio de sua *Revista*, trataria de idealizar as diretrizes para um projeto de integração das diversas províncias à Corte no Rio de Janeiro, a partir de um monopólio do saber historiográfico. Com base nas questões do tempo presente se escolheria no passado as memórias para fazerem parte da história nacional.

Martius e as recomendações para a escrita de uma narrativa nacional

Além desses problemas metodológicos inerentes às fontes utilizadas por quem pretende escrever um texto, há também, no caso particular da escrita histórica, todo um debate epistemológico acerca da produção da narrativa. Antonio Paulo Benatti chama a atenção para o modo como se escreve na universidade brasileira. Para ele, os historiadores não se encaixariam na categoria de *escritores*, mas de *escreventes* em virtude de toda uma cultura cientificista que desde o século XIX procurou apartar a escrita histórica das formas e recursos literários; ou seja, uma ilusão de se “afastar a narrativa” da história.

A questão do suposto abandono da narrativa pela ciência histórica ganhou acalorados debates em torno de um artigo de Lawrence Stone, em que este argumenta sobre o retorno de um modo de se escrever a história^{IX}.

O próprio Benatti faz questão de esclarecer-nos em um fragmento que achamos interessante transcrevê-lo na íntegra:

No que diz respeito ao conhecimento histórico, as reflexões oriundas da filosofia e dos estudos literários e de historia intelectual mostraram que toda e qualquer forma de história, desde a mera crônica dos acontecimentos até aquela mais social, estrutural ou quantitativa, é dependente de procedimentos de composição próprios à narrativa. (...) A idéia de história como pesquisa do passado e memória da humanidade é inseparável do registro deste passado num relato escrito. A história nasce um tipo de escritura, um gênero narrativo em prosa, uma forma de grafia do discurso. Então nunca houve de fato, e simplesmente porque não poderia haver, um abandono da narrativa na prática historiográfica^X.

Ao tentar elaborar as nossas narrativas, um desafio de superar a escrivência e produzir uma escritura, queremos aprimorar, além do conteúdo, também a forma: o *como* essa narrativa está sendo produzida, que desde o processo de cientificização da história perdeu espaço para o “por quê”. Que valores, preconceitos, parcialidades selecionaremos como componentes de nossa escrita. Nossos leitores são dignos de merecer uma escrita mais agradável, que consiga pelo menos seduzi-lo a fim de conseguir terminar a leitura. Estamos incrustados em nossas próprias tradições históricas e devemos ter, no mínimo, plena consciência dessa situação^{XI}.

Nas palavras de Antonio Paulo Benatti: *qualquer forma de escritura da história será sempre um ensaio, isto é, uma tentativa. Como qualquer experimento humano, toda tentativa é falível, parcial, inacabada, imperfeita, inconclusiva*^{XII}.

Na primeira sessão do IHGB, em 01/12/1838, o primeiro secretário, o cônego Januário da Cunha Barbosa apresentou três propostas, que foram aprovadas unanimemente:

- 1) Proponho que o Instituto peça a S. M. I. que aceite o título de seu protetor.
- 2) Proponho que se organize uma instrução sobre o modo de haver notícias históricas e geográficas acerca do Brasil, para remeter aos nossos correspondentes, e poder melhor deles haver os manuscritos e outros objetos que nos possam ser úteis.
- 3) Proponho que na próxima sessão entre já em discussão o ponto seguinte: - Determinar-se as verdadeiras épocas da história do Brasil, e se esta se deve dividir em antiga e moderna, ou quais devem ser suas divisões^{XIII}.

Podemos observar que a imediata proteção imperial, a coleta sistemática de documentos sobre o território brasileiro e a busca de uma linha temporal que delimitasse o antigo e o moderno de uma história nacional, estavam na pauta das reuniões desde a primeira sessão do Instituto.

Em 19 de janeiro de 1839, ocorreu a terceira sessão; nela foi lida uma memória do Marechal de campo Raimundo José da Cunha Matos (1776-1846) acerca da maneira de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil^{XIV}, que trazia algumas sugestões para a escrita histórica da nação. Cunha Matos foi um dos principais idealizadores do IHGB, assim como Januário da Cunha Barbosa. Ao lado do primeiro presidente da instituição, José Feliciano Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo (1774-1847), seriam, no entender de Edney Sanches, os grandes protagonistas dos primeiros momentos do Instituto^{XV}. Para Cunha Matos, a história do Império deveria ser uma *história geral e filosófica. A historia só pode ser composta por filósofos*, dizia ele^{XVI}. Prosseguindo na reflexão, advertia que os melhores materiais para escrevê-la seriam os monumentos: *inscrições abertas em lâminas de pedra e metálicas, cartas de sesmarias, diplomas legislativos, cartas imperiais ou régias, termos de posse dos governadores, bispos, magistrados, oficiais municipais*^{XVII}. O Marechal propôs três divisões ou épocas para a história do Brasil: a primeira trataria dos Aborígenes ou Autóctones; a segunda parte abordaria o Descobrimento do Brasil e a terceira época, a Independência política^{XVIII}.

Através desses fragmentos e de vários outros, publicados na Revista, pode-se perceber um forte vínculo da concepção de história por parte dos fundadores do IHGB com a tradição iluminista do século XVIII, porém já disputando lugar com a especialização e profissionalização da disciplina histórica, própria do XIX, sobretudo com os critérios de seleção das fontes oficiais como as melhores opções para a sua escrita, questões que já foram observadas pelos historiadores como Manoel Luiz

Salgado Guimarães, Arno Wehling e Temístocles Cezar. Há que se observar também que no Oitocentos surgiu o moderno conceito de “História” (com a inicial maiúscula), constituindo um *coletivo singular* e que viria, no entender de Salgado Guimarães, a se tornar a condição de possibilidade das histórias particulares:

Nestes termos a filosofia da História, inicialmente entendida como opondo-se à disciplina “História” concebida a partir do modelo acadêmico da Universidade alemã de começos do século XIX, manteria com esta formulação disciplinar um estreito contato^{XIX}.

Para este autor, vale lembrar que Salgado Guimarães foi um dos primeiros a observar a riqueza documental publicada na Revista do Instituto, seria impossível conceber a História enquanto disciplina sem as reflexões da Filosofia da História para a compreensão da sua moderna escrita; porém, adverte que isso não significa uma *continuidade sem quebras* entre os dois períodos. Dessa Universidade alemã de começos do século XIX, apareceriam nomes como Leopold von Ranke (1795-1886), o primeiro historiador de ofício a ocupar uma cátedra em uma Universidade, em que conceberia uma escrita objetiva assentada sobre um rigor metodológico^{XX}.

Em meio a esses debates o IHGB lançaria o concurso em 1840, que escolheria uma forma para a escrita histórica da nação e/ou delimitar as fronteiras entre as histórias antiga e moderna do Brasil. Nesse contexto é que Martius elaboraria a sua Dissertação. A sugestão de um prêmio durante a segunda sessão aniversária do IHGB determinava: *Uma medalha de ouro, no valor de 200\$000 réis a quem apresentar o mais acertado Plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil*^{XXI}.

Este viajante naturalista chegou ao Rio de Janeiro em julho de 1817, acompanhado pelo zoólogo Johann Baptiste von Spix (1781-1826), por ordem do rei Maximiliano José I. Faziam parte da expedição austro-bávara, que veio ao Brasil pelo ensejo do casamento da princesa Leopoldina de Habsburgo com Pedro I. Durante três anos Spix e Martius percorreram o interior, perfazendo quase dez mil quilômetros pelos territórios da então América portuguesa. O resultado da peregrinação foi publicado em três volumes entre 1823 e 1831, cujo título foi traduzido para o português como *Viagem pelo Brasil*^{XXII}. Esta tradução só viria a acontecer no ano de 1938, nas comemorações do centenário de fundação do IHGB^{XXIII}.

Martius mantinha estreitos laços com o Instituto e estava a par das publicações na sua *Revista*. Nessa condição ele escreveria seu texto: o de um viajante naturalista, estrangeiro, que se tornou referência para a escrita de uma história nacional.

O outro trabalho que concorreu com o de Martius, o do cônsul geral da Rússia e também sócio, Henrique Julio de Wallestein (1790-1843), escrito em 1843, intitulava-se: *Sobre o melhor plano de se escrever a historia antiga e moderna do Brasil*; que seria publicada somente em 1882. Segundo este autor: *o plano mais acertado de se escrever a história do Brasil seria pelo sistema de décadas, narrando-se os fatos dentro de períodos certo*^{XXIV}. Para Wallestein, a História do Brasil iniciaria com o descobrimento, em 1500, indo até 1510, data do naufrágio de Diogo Álvares Correa, o Caramuru, constituindo assim a primeira década, e assim sucessivamente até a Independência.

O cônsul decidiu parar o seu sistema de décadas na coroação de Pedro I por achar que nenhum historiador nacional poderia abordar a história contemporânea para não se expor em *juízos temerários e outros inconvenientes* e conclui: *Arquivem-se os documentos e o tempo virá*^{XXV}.

Há uma biografia de Wallestein, publicada na *Revista* em 1844, cujo biógrafo, Januário da Cunha Barbosa, assim narra um trágico acontecimento:

Uma ideia que lhe veio por falsa indução, e pelo caráter que tinha em extremo melindroso, o obrigou a oferecer a sua demissão de cônsul geral. Caindo em profunda depressão, pondo termo à sua existência com uma coragem sobre humana, para que não ouvissem um só gemido^{XXVI}.

Barbosa enfatiza que não foi falta de *princípios religiosos*, mas sim, por sofrer de *excesso de melancolia*. Ao que tudo indica o diplomata cometeu suicídio com o intuito de garantir pensão para sua esposa e seus dois filhos, visto que ainda não havia recebido a sua carta de demissão solicitada. Ao terminar a biografia, Cunha Barbosa descreve suas qualidades:

O Sr. Wallestein era de um temperamento melancólico, e imaginação mui viva; excessivamente escrupuloso no cumprimento de seus deveres; da maior pontualidade até em coisas insignificantes (...) era o primeiro a reconhecer o merecimento alheio (...) inglês pelos costumes, e na gravidade de suas maneiras, mas sempre alemão na candura, sensibilidade, e franqueza do seu coração^{XXVII}.

Januário da Cunha Barbosa não mencionou referência alguma quanto ao texto, julgado pela comissão em 1847 ou ao concurso do qual o cônsul iria participar. Podemos inferir, portanto que o seu trabalho não esteve em circulação dentro do Instituto, anteriormente à publicação, como o de seu concorrente Martius.

A comissão julgadora, composta pelo médico Francisco Freire Alemão (1797-1874), pelo político Thomaz Gomes dos Santos (1803-74) e pelo cônego Manuel Joaquim da Silveira (1807-75), que ao concluir os trabalhos, na sessão do dia 10 de junho de 1847, assim se pronunciou acerca da proposta de Julio de Wallestein:

Parece à comissão que o autor desta memória não compreendeu bem o pensamento de nosso programa, porquanto as vistas deste Instituto não se podiam contentar com as simples distribuições das matérias, e isto por um método puramente fictício ou artificial, que poderá ser cômodo para o historiador, mas de modo algum apto a produzir uma historia no gênero filosófico, como se deve exigir atualmente^{XXVIII}.

Já sobre a Monografia de Martius, a mesma comissão não poupou elogios nas oito páginas do parecer. Alertava ainda que esse texto já se achava publicado há muito tempo na *Revista* e com o nome declarado do autor, justificando como um “descuido” da redação. De acordo com os pareceristas: *o que todavia lhe devemos relevar e talvez mesmo agradecer visto ser o assunto da memória tão transcendente para o Brasil e tão sabiamente explanado*^{XXIX}. Após um resumo, exaltando vários pontos do texto do botânico, a comissão conclui:

Eis aqui senhores um pálido reflexo desse importante trabalho, onde todas as exigências da história se acham satisfeitas (...) conclui portanto a comissão que a memória do Sr. Dr. Carlos Frederico Ph. de Martius sobre o como se deve escrever a historia do Brasil satisfaz exuberantemente ao programa do Instituto, e deve ser premiada^{XXX}.

A Dissertação de Martius é bem mais pormenorizada que a do seu concorrente, que de forma sintética escreveu apenas duas laudas. O texto está organizado em quatro partes: 1) *idéias gerais sobre a história do Brasil*; 2) *Os índios (a raça cor de cobre) e sua história como parte da História do Brasil*; 3) *Os portugueses e sua parte na História do Brasil* e 4) *A raça africana em suas relações para com a História do Brasil*.

Essa disposição chama a atenção pela ordem de exposição: os indígenas aparecem antes dos portugueses; coisa que foge à regra se comparado a outras obras anteriores ou posteriores^{XXXI}. O escritor aborda uma teoria para combinar as três raças, segundo a metáfora do rio: *o sangue português em um poderoso rio que absorveu os pequenos afluentes das raças índia e etiópica*. Dessa fusão se formaria a população brasileira^{XXXII}.

Para Martius, o historiador deve viajar. Somente desta maneira ele poderia observar com seus próprios olhos as particularidades do país e da sua população. Deve-se também abordar a história das províncias agrupando-as de acordo com *analogias da sua natureza física*. Assim, por exemplo, são convergentes a história das províncias de São Paulo, Goiás, Minas e Mato Grosso. A do Maranhão se liga à do Pará e assim por diante.

Somente pela manutenção da Monarquia, continua o autor, é que poderá se estabelecer uma *sábia organização entre todas as províncias* e fazer com que a série de histórias provinciais componha a História do Brasil. O historiador *filosófico* deve posicionar-se enquanto um *autor monárquico constitucional* e escrever em um *estilo popular*, porém *nobre*, e não em *uma linguagem empolada e nem carregada de erudição ou de uma multidão de citações estéreis*^{XXXIII}.

Com Martius estaria idealizada uma forma possível e desejada para se escrever a História da pátria brasileira; ofício que deveria caber a um brasileiro, já que o botânico dispensou-se da incumbência por achar que não deveria ser tarefa de um estrangeiro.

Uma narrativa possível para a História Geral do Brasil

A Dissertação de Martius, escrita em Munique em 10 de janeiro de 1843, reflete algumas das inquietações do Estado Brasileiro, através do IHGB, de meados do século XIX. Para Temístocles Cezar, o prêmio concedido a Martius legitima o projeto de escrita da História apto a criar simbolicamente a nação brasileira^{XXXIV}. O naturalista bávaro deixou diretrizes detalhadas para a confecção de uma História que amalgamasse todo o território nacional. A História, enquanto mestra da vida, como meio indispensável para se forjar a nacionalidade.

O seu texto, premiado pelo IHGB em 1847, já estava em circulação na sua *Revista* desde janeiro de 1845, ou seja, o trabalho de Martius já era conhecido há pelo menos dois anos; e esse fato fora justificado pela comissão julgadora como um **deslize** por parte da redação da Revista. Esse mesmo deslize não ocorreu com o trabalho de Wallestein, cujo texto veio a ser publicado muito mais tarde, somente em 1882. Portanto, Martius era sim um estrangeiro, tal como seu concorrente, mas não era um desconhecido; além disso, ele personificava o protótipo do viajante, pois já havia percorrido o interior das possessões lusitanas entre os anos de 1817-20.

O seu trabalho constituiu-se enquanto uma espécie de “manual”, criado por quem esteve em diversas partes do Brasil e fora endossado pelos intelectuais do IHGB. Trazia algumas “prescrições” para o historiador que se aventurasse a uma escrita de tal envergadura. Martius deixa bem claro o papel desse historiador brasileiro na Monarquia constitucional e a maneira de como este deveria escrever a História.

Um historiador filósofo-viajante: a viagem como condição necessária para fundamentar a sua escrita. *Parece-me indispensável que o historiador tivesse visto esses países, que tivesse penetrado com os seus próprios olhos nas particularidades da sua natureza e população*^{XXXV}. Além de filósofo ele deveria ser pragmático, a fim de inspirar soluções para os problemas do tempo presente à luz da História; e também

crítico, que através de métodos confiáveis de análise documental se restabelecesse a verdade objetiva da História.

De acordo com Arno Wehling, mais do que o romantismo e o nacionalismo, no plano ideológico, foi o historicismo iluminista, no plano teórico-metodológico, que norteou a concepção histórica dos fundadores do Instituto. Uma história tríplice: filosófica, pragmática e crítica, a crença na ideia da existência de leis naturais e a possibilidade da previsão histórica acerca do futuro da nação^{xxxvi}.

Faltava apenas “o historiador” capaz de efetivar o projeto historiográfico proposto por Martius e pelo IHGB. Um pesquisador que possuísse anos de experiência em coleta e sistematização documental em Arquivos nacionais e no estrangeiro; que contemplasse a necessidade de se escrever uma história filosófica, aliada ao rigor metodológico do Movimento historicista prussiano. Um historiador monárquico constitucional. Alguém que fosse capaz de escrever uma *História Geral do Brasil*^{xxxvii}; tarefa que caberia, dez anos depois, a outro germânico, “nascido” na América.

Assim, os parâmetros estavam traçados, mas isso não significou que eles fossem seguidos. Francisco Adolfo de Varnhagen, que em 1854 trouxe a público o primeiro volume da *Historia Geral do Brazil*, não corroborou com as orientações de Martius, em relação à ideia de um Império “mestiço”. Dentre as diretrizes apontadas pelo botânico, pode-se dizer que o futuro visconde de Porto Seguro se limitou a dar ênfase no elemento português, ignorando os demais^{xxxviii}. Varnhagen manteve também o compromisso do historiador com a Monarquia constitucional, agora consolidada, fato que representava condição fundamental para a escrita da História.

O IHGB, da mesma maneira, deixaria as ideias de Martius no ostracismo, pois, as várias publicações do naturalista, como a *Flora Brasiliensis* e outros trabalhos sobre a língua e a etnografia indígenas, foram ignoradas pela agremiação. Com respeito a estas últimas, o descaso do Instituto talvez possa ser interpretado como um indício do tipo de tratamento e concepção do indígena, que o IHGB estava abraçando, ou seja, o índio “romantizado”, idealizado, o passado glorioso, a ênfase na ancestralidade longínqua temporalmente. O índio real, de “carne e osso” o que deveria fazer parte da nação simplesmente foi marginalizado. Assim, é sintomático que a partir da década de 1850, os pressupostos de Martius não fossem mais mencionados nas reuniões. E somente voltariam à ordem do dia por meio das duras críticas estabelecidas por Silvio Romero:

Desgraçada coisa seria a mentalidade da nação brasileira, se tivesse precisado que Martius lhe viesse ensinar duas coisas trivialíssimas, que a tanto se reduzem as mais encomiadas idéas do tão afamado sábio: - a divisão do país por zonas, a necessidade de considerar as tres raças que constituíram o povo!^{xxxix}

O polêmico crítico literário afirmou que a única empresa notável do naturalista era a *Flora Brasiliensis*, e justifica o emprego do termo “empresa” e não “obra”, pois: *o que ali ha só em pequena parte lhe pertence*^{xl}. Francisco Iglesias explica que o texto de Romero é passível de muito reparo, como quase tudo que produziu e que os dois pontos abordados poderiam ser trivialidades no começo do século XX, mas seguramente não eram em 1843, quando a ideia foi lançada ou em 1847 quando de sua publicação^{xli}.

Essa discussão proposta por Martius serviu de fundamento para a construção do mito da democracia racial, que foi desenvolvida por alguns intelectuais da década de 1930, sobretudo Gilberto Freyre, configurando-lhe o papel de identidade nacional.

Notas:

- ^I Doutorando em História pela UFMT e Bolsista CAPES/FAPEMAT.
- ^{II} BARBOSA, Januário da Cunha. *Ata da 54ª sessão em 14/11/1840. RIHGB*, 1840, p. 529.
- ^{III} Havia no IHGB vários tipos de sócios: os efetivos, que residiam na Corte; os correspondentes, podendo ser brasileiros ou estrangeiros e honorários, conferidos a pessoas de avançada idade, consumado saber e distinta representação, ficando dispensados dos encargos ordinários a que estavam sujeitos os outros sócios. *RIHGB*, 1839, p. 22-23.
- ^{IV} PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008: 07.
- ^{IV} ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de Teoria da História. Bauru: EDUSC, 2007, p. 25.
- ^V LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 140.
- ^{VI} SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1996, p. 249.
- ^{VII} HARLAN, David. A história intelectual e o retorno da narrativa. In: RAGO, Margareth e GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (orgs.). *Narrar o Passado, Repensar a História*. Campinas, Gráfica do IFCH-UNICAMP, 2000, p. 63-103.
- ^{VIII} GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 01, 1988, p. 05-27.
- ^{IX} BENATTI, Antonio Paulo. História, Ciência, Escritura e Política. In: RAGO, Margareth e GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (orgs.). *Narrar o Passado, Repensar a História*. Campinas, Gráfica do IFCH-UNICAMP, 2000, p. 63-103.
- ^X Idem, p. 84-85.
- ^{XI} HARLAN, David, Op. Cit., p. 26.
- ^{XII} BENATTI, Antonio Paulo. Op. Cit., p. 101.
- ^{XIII} BARBOSA, Januário da Cunha. Ata da 1ª sessão em 01/12/1838. *RIHGB*, 1839, p. 57.
- ^{XIV} MATOS, Raimundo José da Cunha. *Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil. RIHGB*, 1863, p. 121-143.
- ^{XV} SANCHEZ, Edney C. T. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX*. Dissertação de Mestrado em Teoria e História Literária. Campinas, UNICAMP, 2003, p. 26.
- ^{XVI} MATOS, Raimundo José da Cunha, op. Cit., p. 127.
- ^{XVII} Idem, p. 137-8.
- ^{XVIII} Idem, p. 17.
- ^{XIX} GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Entre as luzes e o Romantismo: as tensões sobre a escrita da história no Brasil oitocentista. In: _____ (org) *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 68-85.
- ^{XX} Sobre concepções históricas e influências na escrita histórica oitocentista, conferir também os trabalhos de GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatáhy (org) *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2003, p. 9-24; WEHLING, Arno. *A concepção histórica de von Martius. RIHGB*, 1994; WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.
- ^{XXI} IHGB, *Suplemento ao segundo Tomo. RIHGB*, 1840, p. 72.
- ^{XXII} MARTIUS, C. F. Ph. Von & SPIX, J. B. von. *Viagem pelo Brasil*. São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1981.
- ^{XXIII} LISBOA, Karen Macknow. *A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- ^{XXIV} WALLESTEIN, Henrique Julio de. *Memória sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil. RIHGB*, 1882, p. 159-160.
- ^{XXV} Idem, p. 160.
- ^{XXVI} BARBOSA, Januário da Cunha. *Biografia dos brasileiros distintos por armas, letras, virtudes, etc. O ilustre conselheiro Henrique Julio de Wallestein. RIHGB*, 1844, p. 111-117.
- ^{XXVII} Idem.
- ^{XXVIII} SANTOS, Thomaz Gomes dos; ALLEMÃO, Francisco Freire e SILVEIRA, Joaquim da. *Ata da 163ª sessão em 10/07/1847. RIHGB*, 1847, p. 279.
- ^{XXIX} Idem, p. 279-80.

^{xxx} Idem, p. 287.

^{xxxI} Dentre elas podemos destacar GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *A primeira história do Brasil*, de 1576, na qual os índios aparecem somente no décimo capítulo; SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*, de 1627 e publicada somente em 1889, aqui os indígenas estão no capítulo 12; e, sobretudo, VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*, de 1854, uma obra posterior à de Martius, em que os gentios emergem somente no décimo capítulo.

^{xxxII} MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von. *Dissertação: Como se deve escrever a história do Brasil*. RIHGB, 1845, p. 381-403.

^{xxxIII} Idem, p. 402.

^{xxxIV} CEZAR, Temístocles. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX, ensaio de história intelectual. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org) *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2003, p. 207.

^{xxxV} MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von, Op. cit., p. 400.

^{xxxVI} WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999, p. 43.

^{xxxVII} VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Madri, Imprensa da V. de Dominguez, 1854, Tomo I, 1857, Tomo II.

^{xxxVIII} Conferir: RIBEIRO, Renilson Rosa. *Destemido bandeirante à busca da mina de ouro da verdade: Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção da ideia de Brasil Colônia no Brasil Império*. Tese de doutorado em História Cultural. UNICAMP, Campinas, 2009, p. 257.

^{xxxIX} ROMERO, Sylvio. *Carlos Frederico F. de Martius e suas idéas acerca da Historia do Brazil*. Revista da Academia Brasileira de Letras, ano III, nº 8, abril-junho de 1912, p. 231-272. Citação, p. 232.

^{xl} Idem, p. 232.

^{xli} IGLESIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, IPEA, 2000, p. 71-72.

Referências:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de Teoria da História. Bauru: EDUSC, 2007.

BARBOSA, Januário da Cunha. *Biografia dos brasileiros distintos por armas, letras, virtudes, etc. O ilustre conselheiro Henrique Julio de Wallestein*. RIHGB, 1844, p. 111-117.

BENATTI, Antonio Paulo. História, Ciência, Escritura e Política. In: RAGO, Margareth e GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (orgs.). *Narrar o Passado, Repensar a História*. Campinas, Gráfica do IFCH-UNICAMP, 2000, p. 63-103.

CEZAR, Temístocles. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX, ensaio de história intelectual. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org) *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2003, p. 173-208.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 01, 1988, p. 05-27.

_____. Entre as luzes e o Romantismo: as tensões sobre a escrita da história no Brasil oitocentista. In: _____ (org) *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 68-85.

_____. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org) *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2003, p. 9-24.

HARLAN, David. A história intelectual e o retorno da narrativa. In: RAGO, Margareth e GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (orgs.). *Narrar o Passado, Repensar a História*. Campinas, Gráfica do IFCH-UNICAMP, 2000, p. 63-103.

IGLESIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, IPEA, 2000.

LISBOA, karen Macknow. *A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

MATTOS, Raimundo José da Cunha Matos. *Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil*. RIHGB, 1863, p. 121-143.

MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von. *Dissertação: Como se deve escrever a história do Brasil*. RIHGB, 1845, p. 381-403.

_____. *Viagem pelo Brasil*. São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1981.

RIBEIRO, Renilson Rosa Ribeiro. *Destemido bandeirante à busca da mina de ouro da verdade: Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção da ideia de Brasil Colônia no Brasil Império*. Tese de doutorado em História Cultural. UNICAMP, Campinas, 2009.

ROMERO, Sílvio. *Carlos Frederico F. de Martius e suas ideias acerca da História do Brasil*. Revista da Academia Brasileira de Letras, ano III, nº 8, abril-junho de 1912, p. 231-272.

SANCHEZ, Edney C. T. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX*. Dissertação de Mestrado em Teoria e História Literária. Campinas, UNICAMP, 2003.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro, Ed. da UFRJ, 1996.

WALLESTEIN, Henrique Julio de. *Memória sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil*. RIHGB, 1882, p. 159-160.

WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

_____. *A concepção histórica de von Martius*. RIHGB, 1994, 155 (385).

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Madri, Imprensa da V. de Dominguez, 1ª ed., 1854, Tomo I, 1857, Tomo II.